

FRAUDE EM AVALIAÇÕES: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE O NORDESTE E O SUDESTE DO BRASIL

PIMENTA, Maria Alzira de Almeida – UNIUBE – maria.pimenta@uniube.br

PIMENTA, Sonia de Almeida – UFPB – sopimenta1@gmail.com

ET: Didática e práticas de ensino / nº 04

Agência Financiadora: FAPEMIG

O início do terceiro milênio foi marcado pelas mudanças na organização produtiva e social de todos os continentes. Essas mudanças impactaram a educação no Brasil especialmente em função da retomada da democracia, depois de um considerável período de ditadura. Neste novo cenário, urge repensar as práticas educativas que envolvem os sujeitos em suas dimensões sociais, culturais e éticas.

De maneira semelhante a outros países, as políticas e as práticas educativas precisam ser revistas para lidar com os aspectos positivos e negativos dessas mudanças. A qualidade da revisão e da implementação de novas políticas e práticas dependem essencialmente de pesquisas sobre temas pertinentes à realidade presente. Por isso, é imprescindível conhecer e analisar a realidade em uma perspectiva comparada. É ela que permite delinear a dimensão crítica de determinado fenômeno e subsidiar a elaboração de instrumentos eficazes para a elaboração e implementação de políticas e práticas educacionais que as sociedades contemporâneas tanto necessitam.

Tendo como premissa a relevância da avaliação para a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, neste artigo são apresentados os resultados e análise de uma pesquisa realizada sobre a prática da fraude em avaliações. As motivações e visões de estudantes universitários de duas regiões do Brasil (Nordeste e Sudeste) são comparadas para identificar os valores e as dificuldades em relação ao processo de ensino-aprendizagem.

Garantir cientificidade nas pesquisas em Ciências Humanas é um desafio. A escolha do método comparativo procura atender a este critério. Além de romper com a singularidade dos eventos, pois, segundo o que assevera Schneider e Schmitt (1998) o método comparativo possibilita *construir modelos e tipologias, identificando*

continuidades e discontinuidades, semelhanças e diferenças, e explicitando as determinações mais gerais que regem os fenômenos sociais.

Isto acontece porque, como se sabe, a comparação, constitui-se como uma atividade cognitiva inerente à vida humana e, mais especificamente, ao processo de construção do conhecimento nas ciências sociais. Para chegar à comparação é necessário antes descrever, dimensionar, delimitar as partes para então confrontar na busca de semelhanças, de diferenças e de relações entre elas. Franco (2000, pág. 200) observa ainda que desta forma é possível: *...assumir valores nesta relação de reconhecimento de si próprio e do outro. Trata-se de compreender o outro a partir dele próprio e, por exclusão, reconhecer-se na diferença.* Essas características respaldaram a escolha deste método, considerando-se ainda sua adequação para obtenção de informações relevantes para a construção do conhecimento na área de educação.

Para tanto, os objetivos previstos foram: *descrever* e *analisar* a prática da cola em IES brasileiras; *identificar* a motivação para *colar* e os mecanismos de sua instauração enquanto prática; e *comparar* os dados obtidos nas duas regiões identificando semelhanças e diferenças. A consecução desses objetivos se deu a partir da análise do fenômeno, da massificação da prática, da visão dos envolvidos e dos elementos culturais das regiões pesquisadas.

O processo de avaliação é determinante no cotidiano das pessoas. Nos estabelecimentos escolares, desde a Educação Infantil até as Instituições de Ensino Superior (IES), a qualidade do processo de ensino-aprendizagem e o desempenho dos estudantes estão sendo avaliados. A delicada e complexa tarefa de avaliar, realizada pelo professor, envolve competência e responsabilidade em relação à formação humanística, cidadã e acadêmica dos estudantes. Entretanto, apesar de sua importância no processo de ensino-aprendizagem, a avaliação ainda é objeto de desconforto por parte de professores e estudantes e de preocupação para pesquisadores, pois, ou produz o fracasso escolar ou desqualifica a formação. A vasta produção bibliográfica sobre avaliação aborda desde a evolução da teoria: conceito, características, pressupostos, função, procedimentos etc. (SOUSA S. Z. L., 1991), até propostas de como ela pode servir para melhorar a aprendizagem dos alunos (BALLESTER et al., 2003), passando pela pesquisa sobre avaliação do rendimento escolar (SOUSA C. P., 1991), e pelo debate e a crítica da produção brasileira na área (FREITAS, 2002).

Aos esforços para burlar a avaliação, juntam-se os sites, os blogs, o vídeo e filmes explicando como e porque burlar. Destarte, esta disseminação, bem como as recorrentes queixas de professores nos diversos níveis de ensino, nos leva a crer que além de ser um fenômeno que se mantém em nossa sociedade, este vem admitindo novos contornos e novos sentidos que distanciam cada vez mais a avaliação enquanto prática pedagógica que faz o diagnóstico das aprendizagens dos alunos.

Esta banalização e os refinamentos presentes na fraude da avaliação têm alcançado uma proporção significativa e preocupante, de modo que nos faz questionar sobre os motivos que levam tantos estudantes a burlarem no momento da avaliação, bem como o que pensam de seus atos e de suas conseqüências.

Considera-se que essa prática pode implicar, a médio e em longo prazo, no comprometimento da formação dos futuros profissionais e, conseqüentemente, da qualidade dos serviços prestados à sociedade. Entretanto, mais importante que as implicações apontadas é a grave ameaça à formação ética dos cidadãos e, conseqüentemente, às bases da civilidade: confiança, justiça e equidade.

No Brasil, costumamos nos referir à traição/burla, ou seja, ao comportamento desonesto no meio acadêmico como *cola* (região sudeste), *pesca* (região sul), *fila* (região nordeste). Um estudo realizado para a UNESCO por Eckstein (2003) confirma o aumento da prática de fraude em todo o mundo, seja em países desenvolvidos ou em desenvolvimento. As conclusões do estudo apontam a fraude em avaliações como uma ameaça grave para o funcionamento eficiente e para a confiança da sociedade na reabilitação e na segurança de suas instituições. Uma das causas imediatas do aumento da prática de fraudes é o aumento da competição por espaço no mercado de trabalho. Se antes podia ser tratado como uma infração individual, atualmente, com a ampliação passa a configurar-se como uma indústria de fraudes.

No Brasil, houve uma expansão das universidades como resultado de uma política pública com foco em quantidade de certificados, que fez dos "serviços" de educação um grande negócio. Segundo Dourado, Oliveira e Catani (2003, p. 19): *só é produtiva a universidade que vincula sua produção às necessidades do mercado, das empresas e do mundo do trabalho em mutação, ou seja, subordina sua produção acadêmica formal e concretamente às demandas e necessidades do mercado e do capital.*

A análise e a interpretação dos dados coletados revelam a percepção dos estudantes quanto à relação entre a média obtida nas avaliações e a competitividade instaurada não só no interior da formação acadêmica como também aquela competitividade que se instaura no mercado de trabalho. De fato, quanto maior a média, mais competitivo e adequado ao mercado estaria o estudante.

Sobre as conseqüências apontadas para o uso da cola, dentre todos os estudantes que participaram da pesquisa tanto em Cajazeiras, como em Uberaba, a maioria identificou a *não aprendizagem* (68% e 70%, respectivamente). Estas duas porcentagens de respostas indicam que o professor não figura como agente do processo de aprendizagem, ora por não realizar sua ação (de ensino-aprendizagem), ora por ignorar a burla (cola), trazendo danos às aprendizagens dos estudantes.

Charlot (2001) enfatiza que o que é importante e que faz mais sentido para os jovens aprende-se na família, mais do que na escola. Pois o que se trata de aprender, para estes jovens é de como construir-se a se próprios como sujeitos humanos e se fazer reconhecer como tais (“tornar-se alguém”). Em outras palavras, trata-se de aprender “a vida”, “as coisas da vida”.

Ao evidenciar tal estudo, procuramos chamar atenção para a necessidade de se discutir não apenas o que se aprende e como se aprende, mas também a dimensão ética que envolve as aprendizagens como demanda destes estudantes também. A fraude na avaliação suscita tal discussão na medida em que pode representar o modo como estes estudantes lidam com as aprendizagens e os modos de ensino.

É provável que a ascensão ao nível de profissionalização que o ensino superior enseja, motive o abandono das fraudes nas avaliações das aprendizagens dos estudantes de Cajazeiras. Esta probabilidade pode ser mais bem compreendida quando, na questão sobre “As conseqüências da cola”, aqueles que as verbalizaram, identificaram-na como sendo um “prejuízo para a profissionalização”. Por outro lado, o abandono comparativamente maior desta prática em Uberaba pode ser o resultado de uma postura mais crítica em relação às oportunidades de aprendizagem.

O conjunto de respostas sobre as conseqüências do uso da cola aponta para a falta de compromisso com o profissional que será formado. Se não há conseqüências, aprendizagens, ou mesmo a profissionalização minimamente

qualificada, configura-se a ruptura o processo dialético e dialógico da aprendizagem. A lógica do outro, no caso o estudante que cola, não tem sido suficiente para o professor mudar suas práticas pedagógicas para ensinar, avaliar e enfrentar o uso da cola de modo a garantir aprendizagens.

Como uma das formas de enfrentamento da fraude em avaliações, cumpre ressaltar a urgente necessidade que as IES elaborem seus códigos de conduta e que os utilizem como instrumentos de informação e formação educativa, não como mais uma engrenagem da burocracia institucional.

Palavras-chave - Ética. Formação profissional. Fraude em avaliação.

Referências

BALLESTER, Margarida et al.. **Avaliação como apoio à aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

CALLAHAN, David. **The Cheating Culture: Why More Americans Are Doing Wrong to Get Ahead**. Boston: Harcourt, 2004.

CHARLOT, B (org) (2001). Os Jovens e o Saber; Perspectivas Mundiais. Porto Alegre. Ed. Artmed.

DOURADO, Luiz F.; OLIVEIRA, João F.; CATANI, Afrânio (Orgs.). Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais. São Paulo: Xamã, 2003.

ECKSTEIN, Max A.. **Combating academic fraud towards a culture of integrity**. Paris: International Institute of Educational Planning/UNESCO, 2003.

FRANCO, Maria Ciavatta. Quando nós somos o outro: Questões teórico-metodológicas sobre os estudos comparados. **Educação & Sociedade**, ano XXI, no. 72, ago. 2000.

FREITAS, L.C. (Org). **Avaliação: construindo o campo e a crítica**. Florianópolis: Insular, 2002.

SCHNEIDER, Sergio; SCHIMITT, Cláudia Job. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, pp 49-87, 1998.

SOUSA, C. P.(org.) (1991). **Avaliação do rendimento escolar**. Campinas, SP: Papyrus.

SOUSA, Sandra Z. L.. Revisando a teoria da avaliação da aprendizagem. In: SOUSA, C. P.(org.). **Avaliação do Rendimento Escolar**. Campinas, SP: Papyrus, 1991.